

Vitor Paiva Fiorindo

**Neutralidade
tributária e
creditamento
excessivo no
IVA brasileiro**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	IX
1 Introdução.....	1
2 Neutralidade, não-cumulatividade e creditamento nos impostos sobre valor agregado.....	5
2.1 Neutralidade horizontal e vertical	9
2.2 Neutralidade e Imposto sobre Valor Agregado: origem histórica e posição brasileira	10
2.3 Não-cumulatividade: classificação como princípio ou técnica e suas consequências	14
2.4 Operacionalização da não-cumulatividade pelo creditamento	20
2.5 Neutralidade como parâmetro do creditamento e seus desvios por insuficiência ou excesso.....	21
2.6 Espécies de creditamento excessivo	23
2.6.1 Creditamento excessivo por crédito de imposto pago em aquisições que não participam da cadeia de circulação (tipo 1)	24
2.6.2 Creditamento excessivo por imposto inadimplido em operações anteriores (tipo 2)	27
2.6.3 Creditamento excessivo por benefícios fiscais que criam créditos fictícios (tipo 3)	30
2.6.4 Esquema dos tipos de creditamento excessivo	33
3 Creditamento excessivo na União Europeia.....	37
3.1 Creditamento excessivo do tipo 1: desenho da Diretiva IVA e jurisprudência do TJUE	38
3.2 Creditamento excessivo do tipo 2: da fraude carrossel à corrida pelo IVA da era digital.....	45
3.2.1.Reverse charge mechanism (cobrança do adquirente).....	51
3.2.2 Exigências de due dilligence e penalidades por envolvimento em fraude de IVA	54

3.2.3 Rastreamento de produtos.....	55
3.2.4 Procedimentos rigorosos de registros de novas empresas	56
3.2.5 E-Invoicing (faturamento eletrônico)	57
3.2.6 Split payment	58
3.2.7 Relatório SAF-T	63
3.2.8 Protocolos de cooperação entre Estados-membros.....	64
3.2.9 Central Electronic System of Payment information (CESOP).....	64
3.2.10 Propostas para o IVA na Era Digital (VAT in the Digital Age – ViDA).....	66
4 Creditamento excessivo em outros IVAs pelo mundo.....	69
4.1 Reino Unido	69
4.2 Singapura	73
4.3 Nova Zelândia.....	76
4.4 Canadá	78
4.5 Índia	80
4.6 Austrália.....	86
4.7 Continente Africano	89
4.8 América Latina	93
4.9 Uzbequistão	95
4.10 Paquistão.....	96
4.11 Arábia Saudita e Fiji.....	98
4.12 Conclusão parcial	99
5 Creditamento excessivo no sistema tributário brasileiro anterior à Reforma de 2023.....	105
5.1 Creditamento excessivo do tipo 1: o drama do crédito físico <i>versus</i> crédito financeiro	106
5.2 Creditamento excessivo do tipo 2: a proteção do adquirente de boa-fé e os prejuízos bilionários pelas “notas frias”	117
5.3 Creditamento excessivo do tipo 3: as perdas generalizadas da “guerra fiscal” e a reação do Supremo Tribunal Federal.....	129

6 Creditamento excessivo na Contribuição e no Imposto sobre Bens e Serviços: análise crítica do novo sistema e aprimoramentos possíveis.....	137
6.1 Contextualização do creditamento excessivo na Reforma Tributária de 2023.....	137
6.2 Creditamento excessivo do tipo 1: a espinhosa opção pelas aquisições de “uso ou consumo pessoal”	144
6.3 Creditamento excessivo do tipo 2: pioneirismo brasileiro na vinculação do crédito ao imposto pago combinado com a proteção do adquirente	159
6.4 Creditamento excessivo do tipo 3: regimes diferenciados e específicos, vedação de novos benefícios fiscais e <i>cashback</i>	172
7 Considerações finais.....	179
Referências	189